



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639888 - MG (2021/0011458-7)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
IMPETRANTE : LEONARDO PONTES DE BRITO E OUTROS
ADVOGADOS : LEONARDO PONTES DE BRITO - MG158242
DIEGO FERREIRA DE MATOS - MG175238
ROGER CARVALHO RODRIGUES - MG168589
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : THATIANE SAMARA DE SOUZA ROCHA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de THATIANE SAMARA DE SOUZA ROCHA em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (HC n. 1.0000.21.003751-1/000).

A paciente encontra-se preventivamente presa pela suposta prática dos delitos tipificados nos arts. 33 e 35 da Lei n. 11.343/2006.

Sustentam os impetrantes a existência de constrangimento ilegal consubstanciado na negativa da prisão domiciliar à paciente, uma vez que seria genitora de criança de 2 (dois) anos de idade, cujo pai se encontra segregado pelo mesmo fato.

Defendem, ainda, a não incidência, no caso, do enunciado 691 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, por manifesta ilegalidade da decisão atacada.

Requer, liminarmente, a conversão da custódia preventiva em prisão domiciliar, nos termos do art. 318, incisos V, do Código de Processo Penal.

É, no essencial, o relatório.

Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), pois não foi examinada pela Corte de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originariamente impetrado.

A jurisprudência deste Sodalício firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo o caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstram os seguintes precedentes:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO.

1. Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de

instância.

[...]

(HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)

Confira-se, também, a Súmula n. 691 do Supremo Tribunal Federal:

"Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer do habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal inferior, indefere a liminar."

No caso, não se visualiza, em juízo sumário, manifesta ilegalidade a afastar a incidência do referido óbice sumular, porquanto a maternidade não ficou comprovada.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, inciso XIII, alínea a, c/c o art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência